



GOVERNAMENTALIDADE E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: a gestão pela liberdade

*Governmentality and psychological practices:
the management through freedom*

Arthur Arruda Leal Ferreira¹

Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP, Professor adjunto do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ, Pesquisador financiado pela FUJB e pela FAPERJ, Rio de Janeiro, RJ - Brasil, e-mail: arleal@superig.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é estabelecer as relações entre práticas psicológicas e práticas de governo ou governamentalidade, conceituada por Michel Foucault como arte de “condução da conduta alheia”. O guia utilizado para se entender este trabalho genealógico são os cursos *Segurança, Território, População* e *O Nascimento da Biopolítica*. Trabalho prosseguido por Nikolas Rose, buscando atrelar de modo específico o surgimento dos saberes psicológicos aos modos liberais de governo. O ponto nevrálgico dessa história do governo se encontraria no século XVI, quando começam a proliferar os Manuais de Governo, fundamentados na Razão de Estado. Estes manuais não estariam mais baseados em

¹ Colaboradores do artigo: André Schimidt, Felipe Herkenhoff Carijó, Karina Padilha, Maria Clara de Almeida, Míriam Starosky.

dispositivos legais, mas na necessidade do disciplinamento e registro constante de inúmeros aspectos das vidas dos governados, caracterizando o “Estado de polícia”. Contudo, notadamente a partir do século XVIII, surgem novas tecnologias de governo, patrocinadas pelos pensadores fisiocratas e liberais. A população é vista como um ente natural do qual se deve governar, não mais intervindo em todos os detalhes como no “Estado de polícia”, mas acompanhando todas as suas flutuações livres. Aqui o governo se define como tecnocracia, no conhecimento científico dos movimentos naturais e espontâneos dos governados, investindo especialmente na gestão destes através da sua liberdade. Nestas novas formas de governo presentes nas sociedades democráticas contemporâneas, as práticas psicológicas teriam especial importância enquanto modo de gestão liberal pautada pelo esquadramento de um grupo de variáveis da vida dos indivíduos e pela incitação a uma série de mecanismos de autorregulação e autogoverno.

Palavras-chave: Genealogia do governo. Liberalismo. Práticas psicológicas.

Abstract

This article aims to ponder about the relations between psychological and governmental practices (or governmentality). For that, it will be used Foucault's concept of govern, considered as a way of “conducting conducts”, arose in his courses Security, territory, population and The birth of biopolitics. This genealogical work is continued by Nikolas Rose, connecting the arising of psychological practices to the liberal ways of government. The central point of this governmental history occurs in the XVI th century when a kind of Governmental Handbook based on the Reason of State proliferates. These Handbooks aren't based on legal devices, but in the need of discipline and register of a great number of citizen life aspects. These efforts define the Sate of Police. Nevertheless, during the XVIII th century new technologies of government arose, created by physiocratic and liberal thinkers. The population is understood as a natural being that needed to be governed in its free fluctuations and not intervening in all details as the Sate of Police. In these new techniques, government is based on scientific

knowledge of the population's natural and spontaneous movements, investing specially in its management through its freedom. In these new governmental forms present in the nowadays democratic societies, psychological practices have a special importance as a kind of liberal management based on the scrutiny of a great number of individual's life variables and the stimulation of self-regulation and self-government devices.

Keywords: *Govern genealogy. Liberalism. Psychological practices.*

Este trabalho parte de uma questão: que relações poderiam ser estabelecidas entre a psicologia (ciência tradicionalmente do indivíduo, da vida privada e da nossa subjetividade) e o tema do governo? Em primeiro lugar, o conceito de governo ou de práticas de governo aqui considerado parte de um quadrante muito distinto da filosofia política tradicional, trabalhada por Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Não vai se tomar o governo a partir de uma tentativa de justificar ou legitimar os dispositivos de soberania do Estado, seja através da lei, da herança ou do contrato (artifícios tradicionais do direito). Tal conceito igualmente não remeteria às práticas cotidianas da administração pública, “às minúcias das intrigas políticas ou às complexas relações entre políticos, servidores civis, burocratas, grupos de pressão e etc” (ROSE, 1998, p. 68).²

O conceito de governo em questão proviria da “genealogia do Estado moderno”, empreendida por Michel Foucault no final dos anos 1970,³ e retrabalhada por autores como Michel Senellart (2006) e Nikolas Rose (1998). Neste aspecto, governo é entendido como uma arte, ou “a maneira meditada de fazer o melhor governo e também [...] sobre a melhor forma possível de governar” (FOUCAULT, 2007, p. 17). Para evitar a confusão com outros possíveis conceitos de governo, Foucault usa o termo *governamentalidade*, enquanto “maneira de condução da conduta dos homens” (FOUCAULT, 2007, p. 208), independente do alcance (seja o governo das almas do cristianismo

² As traduções dos textos de Nikolas Rose são de responsabilidade de Felipe Herkenhoff Carijó, Luna Rodrigues, Maria Clara de Almeida.

³ Foucault não escreveu nenhum livro especificamente sobre o tema; apenas algumas conferências e dois cursos no Collège de France: *Segurança, território, população* (2006) e *O Nascimento da Biopolítica* (2007), atualmente compilados.

primitivo ou as modernas estratégias de governo liberal) e de sua exequibilidade (seu sucesso ou fracasso). Seriam formas de gestão da vida de todos e de cada um; “Omne et singulatim” (FOUCAULT, 1996).

Em segundo lugar, a psicologia é vista fora de sua definição tradicional, como “ciência do indivíduo”, que lidaria com um domínio privado avesso às estratégias de governo, mas como um conjunto de técnicas de inscrição e de práticas encaixadas em dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada. Nas palavras de Rose (1998, p. 77):

A psicologia, então, está intimamente ligada à entrada da alma do cidadão na esfera do governo... O tema aparentemente ‘público’ das racionalidades de governo está fundamentalmente ligado à questão aparentemente ‘privada’ de como devemos nos comportar, como devemos regular a nossa própria conduta, como devemos julgar o nosso comportamento e o dos outros. Esta ligação não tem sido meramente ‘externa’, o governo buscando manipular indivíduos que, do contrário, seriam ‘livres’. Trata-se de uma ligação ‘interna’, na qual a nossa própria constituição enquanto indivíduos ‘livres’ têm sido objetivo e consequência de programas e técnicas de regulação.

Este entendimento da psicologia no conjunto das artes de governo (ou na governamentalidade) permite uma compreensão mais fina de suas práticas. Para desenvolver esta tese, examinaremos inicialmente o conceito de governamentalidade, seguindo com uma breve genealogia das formas de governo. Na sequência, será vista a relação das formas de governo liberal com a psicologia, concluindo com uma discussão sobre o sentido das práticas psi.

Uma breve genealogia do governo

O surgimento do tema do governo (ou governamentalidade) nos trabalhos de Foucault refere-se a um deslocamento conceitual dentro do seu projeto genealógico delineado ao longo dos anos 1970. Este teria como meta o entendimento das transformações nas formas de saber a partir de mudanças nas relações de poder. Contudo, esta relação entre saber e poder estaria muito distante de qualquer configuração em torno do conceito de ideologia: o saber acoplado ao poder não estaria no registro apenas do engano ou da falsidade. Assim como o poder não seria algo do qual se pode apropriar ou contratar, configurando um aparato de Estado que inibe, coage e engana no seu exercício.

O poder é algo que se produz na relação entre os corpos, criando vetores assimétricos que conduzem imediatamente resistências. Tais formas de poder podem agir coercitivamente ou repressivamente. Mas a maior parte do tempo elas são produtivas: de saberes e corpos saudáveis.

Nesta analítica do poder de Foucault (não se trataria de uma teoria), o autor configura algumas formas específicas de poder que encarnam estas características: a disciplina e a biopolítica. A primeira, surgida no século XVII em algumas instituições fechadas como escolas, casernas e hospitais, atuaria individualizando e singularizando corpos através de técnicas de exame. A segunda, surgida em meados do século XVIII, atuaria numa escala maior, singularizando grandes populações através de exames coletivos. Ambas constituiriam uma forma específica de poder, o biopoder em oposição ao poder tradicional, calcado nas leis e na ordem do Estado, o soberano (FOUCAULT, 1976).

No entanto, no final da década de 1970 a analítica do poder cedeu ao tema do governo nos supracitados cursos no Collège de France (FOUCAULT, 2006, 2007). Para alguns comentadores (CALIMAN, 2002), este deslocamento conceitual teve como base uma revisão do conceito de poder, passando de um modelo guerreiro onde havia uma pura ação entre corpos para outro regime em que o poder passaria a ser ação sobre outras ações (conduta das condutas) em que a liberdade seria peça fundamental (FOUCAULT, 1997). Para Senellart (2006, p. 418-419) na verdade não haveria um deslocamento conceitual, mas uma ampliação do tema, chegando-se a uma genealogia do Estado, sem abrir mão de uma abordagem micropolítica.

Entendido como “condução da conduta”, quais seriam as principais formas de governamentalidade presentes na nossa história? Antes de tudo, deve-se destacar, como sugere Paul Veyne (1980) que o governo é um objeto histórico raro, ou seja, carente de qualquer sentido de universalidade; ele seria constituído em diversas épocas através de práticas estritamente singulares. Para fazermos uma breve genealogia destas contaremos com os trabalhos de Foucault (2006, 2007) e Senellart (2006).

Como condição das formas de governamentalidade contemporâneas, Foucault delinea a *poder pastoral*, demarcado em práticas de governo destacadas no Antigo Testamento e no Cristianismo Primitivo. Este poder seria demarcado pelas seguintes características: 1) o pastor exerce o poder sobre um rebanho e não sobre uma terra; 2) o pastor reúne, guia e conduz o seu rebanho (basta que o pastor desapareça para que o seu rebanho se disperse); 3) o papel do pastor é garantir a salvação de seu rebanho, cuidando de cada indivíduo dia após dia; 4) a relação do pastor para com o

seu rebanho é de devotamento; tudo o que ele faz está voltado para o bem de seu grupo (FOUCAULT, 1996, p. 80-81). Esse dispositivo pastor-rebanho seria condição crucial nas formas de governo dos Estados Modernos, dado seu aspecto coletivizante e individualizante, ausentes de outras definição de governo, como as presentes na Grécia clássica, em que o rei jamais é identificado a um pastor.

De modo mais específico, Senellart (2006, p. 41-42) demarca que esta concepção pastoral configuraria um “governo das almas”, ou um *Regimen animarum* que vai servir de base durante a Alta Idade Média como modelo ético para as atividades dos reis. Neste período prolifera uma forma de literatura, a dos Espelhos (*Specula*) na qual os reis deveriam se inspirar, visando transmitir um modelo ético para a correção da conduta dos súditos. Esta concepção pastoral (em um sentido mais ético do que político) assim se manteria até meados do século XIII quando começam a surgir outras formas de discurso motivadas pela consolidação dos Estados contemporâneos. Trata-se do que Foucault chama de Arte de Governar Soberana, tendo como um de seus principais representantes Maquiavel, e sendo baseada no reforço de poder do príncipe, expresso na proteção apenas de uma determinada extensão territorial.

No entanto, a governamentalidade contemporânea se cristaliza entre nós apenas a partir do século XVI através da chamada *Racionalidade de Estado*. Esta seria a doutrina repartida entre uma *Razão de Estado*, que buscava determinar as necessidades do Estado na relação com os demais, e a *Polícia*, enquanto conjunto de objetivos, objetos e instrumentos internos do Estado a fim de controlar homens e riquezas. Esta Racionalidade Governamental surge a partir do século XVI como reação a Arte de Governar Soberana através de uma série de manuais como os de Guillaume de La Perrière que lhe contrapõe objetos de atuação, objetivos e estratégias políticas diversas. Tem-se aqui como alvo a gestão de riquezas e homens em diferentes níveis de governo que se implicam mutuamente, seja o de si (moral), o da família (economia) e o do Estado (política).

Mas essa racionalidade não se coloca de modo puro no interior das práticas de governo na época. A razão de governo, expressa inicialmente no mercantilismo e no cameralismo, se encontra entrelaçada com a soberania. O que desbloqueia, desenlaça e libera essa nova governamentalidade é a explosão demográfica da população do século XVII na Europa. Com isso, a família deixa de ser modelo de governo e torna-se instrumento de intervenção; a população transforma-se em alvo e instrumento para o governo; e a economia, de governo das famílias, torna-se um modo racional de intervenção

e controle ou um nível singular de realidade, uma vez que a soberania se veja superada (FOUCAULT, 2006).

No entanto, estas formas de Racionalidade Estatal são postas em questão através dos modos de governo liberais, surgidos especialmente a partir do século XVIII. Estes não entrariam em cena imbricados nas práticas de governo estatais, mas justamente pondo estas em questão estas, seja em nome do mercado ou ainda da sociedade civil. Contudo, ao longo do tempo este processo é invertido: o mercado a partir do século XX não seria apenas um instrumento crítico do governo, mas a própria racionalidade deste, que regularia outros domínios, como a família, a natalidade, a delinquência e a política penal (FOUCAULT, 1997, p. 96). Inaugura-se aqui um governo embasado no acompanhamento do movimento das populações enquanto processos naturais. Assim, por exemplo, os interesses coletivos são considerados através do jogo dos desejos individuais. Essa naturalidade, portanto, seria acessível à ação concreta do governo, um governo que produz efeitos benéficos através do desejo coletivo e a partir da possibilidade do desenvolvimento de saberes sobre a população.

É nos marcos de um liberalismo que a ciência econômica passaria a ter um papel preponderante, especialmente através dos fisiocratas. Mas, além da economia, saberes como a higiene pública e a medicina social também trazem a questão da população e do saber sobre ela como técnica indispensável ao bom governo. Em todos os casos o conhecimento científico torna-se condição para uma racionalidade governamental que atuaria sobre os processos supostamente naturais. Esta atuação já não se trata de uma regulamentação, a intervenção estatal artificial pode tornar-se até prejudicial na medida em que a natureza dos processos sociais se regularia por si mesma. Assim, a liberdade não é tomada mais como simples direito dos indivíduos, mas como condição para se governar. A liberdade aqui, não é tanto ideologia, mas técnica de governo. E é nesta necessidade de delinear técnicas de governo que conciliem o conhecimento científico da população com o respeito a sua liberdade enquanto processo natural que a psicologia surge como um componente essencial:

Governar de forma liberal era tentar reconciliar estes dois princípios: os perigos de governar demais com os perigos de não governar o suficiente... Programas para o governo liberal da sociedade inauguraram um espaço em que as ciências psicológicas viriam a desempenhar um papel-chave, pois estas ciências estão intrinsecamente atadas às estratégias que, em seu desejo de governar os sujeitos como cidadãos responsáveis, porém livres, descobriram que precisam conhecê-los (ROSE, 1998, p. 69).

Formas de governo e a psicologia

Para pensar esta articulação entre os modos de governo liberal e o surgimento dos saberes psicológicos, um trabalho se destaca, o de Rose (1998). Este autor enfoca esta articulação entre práticas de psicologia e artes de governo de uma dupla maneira: 1) através das técnicas de inscrição que permitiram que as subjetividades se tornassem acessíveis às técnicas de governo; e 2) através da constituição de políticas múltiplas que visam conduzir a conduta de indivíduos, não somente através do controle, da disciplina e da norma, mas principalmente através da liberdade e da atividade destes, instigando-os a se tornarem mais inteligentes, empreendedores, dóceis, produtivos, e dotados de autoestima.

Sigamos com Rose no exame destes pontos, a começar pelo primeiro. As técnicas de inscrição permitem antes de tudo a tradução entre “os objetivos e aspirações daqueles que se encontram em determinado ponto – departamentos de estado, comitês de *experts*, profissionais, gerentes – ... para os cálculos e as ações daqueles que estão distante deles no espaço e no tempo, como agentes de saúde, professores, trabalhadores, pais e cidadãos” (1998, p. 76-77). Tais técnicas operariam aqui através de um duplo aspecto:

Primeiro, eles forneceram os termos que permitiram que a subjetividade humana fosse traduzida para as novas linguagens do governo das escolas, das prisões, das fábricas, do mercado de trabalho e da economia. Segundo, eles constituíram a própria subjetividade e a própria intersubjetividade como objetos possíveis para o gerenciamento racional, ao fornecer as linguagens para falar de inteligência, desenvolvimento, higiene mental, ajustamento e desajustamento, relações familiares, dinâmicas de grupo e outros (ROSE, 1998, p. 70).

Um primeiro exemplo deste primeiro aspecto vem da área dos testes mentais, considerada a primeira área bem sucedida na inscrição das diferenças individuais através dos atributos da alma humana. Trata-se um sucesso de resto bem distinto do alcançado pela psiquiatria no século XIX, que buscava estes traços diferenciais em histórias de vida, ascendências, imagens fisionômicas, posturas e traços neurológicos. Passemos a palavra a Rose (1998, p. 74):

O poder da psicologia aqui repousa em sua promessa de fornecer dispositivos de inscrição que venham a individualizar tais sujeitos problemáticos, tornando a alma humana inteligível na forma de traços calculáveis. A sua contribuição repousa na invenção de categorias,

avaliações, estimativas, e testes (todos de caráter diagnóstico) que construíram a subjetividade de forma que ela pudesse ser representada através de classificações, cálculos e quocientes. O teste psicológico foi o primeiro de tais dispositivos. A codificação, a matematização e a padronização fizeram do teste um minilaboratório para a inscrição da diferença, permitindo a realização de quase qualquer esquema psicológico de diferenciação de indivíduos em um curto espaço de tempo, em um espaço gerenciável e de acordo com a vontade do *expert*... Testes e exames combinam poder, verdade e subjetivação.

Um segundo exemplo deste primeiro aspecto vem da psicologia social norte-americana, notadamente do tema da pesquisa sobre as atitudes. Esta emergiria como ponto de ligação entre o mundo interno do psiquismo e o mundo externo da conduta, concebendo uma inteligibilidade e previsibilidade à conduta do indivíduo. Neste sentido, as concepções clássicas de massa e multidão dão lugar à de público, que através de pesquisas de opinião permitiu que números e gráficos representassem a opinião pública. Neste caso, podendo ser utilizados então como estratégias em qualquer espaço em que os indivíduos fossem governados “por consentimento”. Rose (1998, p. 75) assim se manifesta sobre o tema:

O conceito de atitude veio de mãos dadas com um método para inscrevê-lo. A ‘pesquisa de atitude’ tornou-se um dispositivo chave para o mapeamento do mundo subjetivo, permitindo que ele fosse transformado em números e utilizado na formulação de argumentos e estratégias na empresa, no partido político, no exército – de fato, em qualquer lugar onde os indivíduos devessem ser governados através de seu consentimento. Este olhar psicológico seria dirigido à nação como um todo através de dispositivos tais como as pesquisas de opinião pública. A psicologia social das opiniões e atitudes apresentava-se como um contínuo relé entre as autoridades e os cidadãos... Através de sua capacidade de inscrever e traduzir a subjetividade, de fornecer uma tecnologia que unisse a vontade dos cidadãos às decisões das autoridades, tal psicologia social retrataria a si própria como nada menos do que uma ciência da democracia.

Quanto ao segundo sentido, Rose (1998, p. 73) supõe que a psicologia se dissemina maciçamente em sociedades liberais e democráticas: “Tais associações entre ambições governamentais, demandas organizacionais, conhecimento científico, *expertise* profissional e aspirações individuais são fundamentais para a organização política das democracias liberais”. Não que a

psicologia não tenha sido utilizada em governos autoritários, mas nestes ela não teria “proliferado” da mesma forma. Ela só é possível em sociedades liberais porque são estas que articulam o direito da liberdade com um controle operado em torno das nossas supostas naturezas. Governar cidadãos neste contexto não significa governá-los apesar de suas liberdades e escolhas e sim através destas. Sendo assim, na história das relações de poder nos regimes liberal e democrático, o governo dos outros sempre esteve ligado a certo modo no qual indivíduos “livres” são levados a governar a si mesmos como sujeitos simultaneamente de liberdade e responsabilidade. Quer dizer, o indivíduo é livre e autônomo por um lado, mas precisa governar a si mesmo, sendo controlado por sua própria responsabilidade (aqui se lê prudência, ajustamento) e conforme sua natureza psicológica. Conforme Rose (1998, p. 77):

Somente quando tais práticas auto-regulatórias se instalaram nos sujeitos, tornou-se possível dismantelar a massa de prescrições e proibições detalhadas relativas às minúcias da conduta, que se mantiveram apenas em instituições limitadas e especializadas: penitenciárias, casas de correção, escolas, reformatórios e fábricas.

A psicologia encontra lugar em tais regimes, pois os indivíduos devem ser governados não de forma autoritária, mas com base em julgamentos que visam objetividade, neutralidade e efetividade, estando de acordo com os ideais de liberdade, igualdade e poder legitimado. A orientação dos indivíduos é objeto dos “especialistas da subjetividade” que transpõem as questões da vida em questões técnicas com o objetivo de aumentar a “qualidade de vida”. Nas palavras de Rose (1998, p. 73):

Depende do crédito de *experts*, aos quais é outorgado o poder de prescrever formas de agir sob a luz da verdade, e não de interesses políticos. E opera não através da coerção, mas através da persuasão, não através do medo produzido por ameaças, mas através de tensões geradas pela discrepância entre como a vida é e o quão melhor se pensa que ela poderia ser.

O lugar de especialista ganha importância na medida que, além de reivindicar uma cientificidade, a partir dela liga individualidade à verdade mobilizando a autorregulação e entrando numa nova relação entre conhecimento e governo. As formas de liberdade que nós vivemos hoje estão intimamente ligadas a um regime de individualização no qual os sujeitos não são meramente

“livres para escolher”, mas são obrigados a serem livres, ainda que sejam controlados pela norma, pelas responsabilidades e pelas suas próprias naturezas. Segue uma longa e elucidadora citação de Rose (1998, p. 78-79):

Os sujeitos são *obrigados* a serem ‘livres’, a interpretar sua existência como o resultado das escolhas que eles fazem dentre uma pluralidade de alternativas... A vida familiar, o ato de ter filhos e mesmo o trabalho não devem mais ser constrangimentos à liberdade e à autonomia: são elementos essenciais no caminho para a auto-realização. Os estilos de vida devem ser construídos através de escolhas feitas dentre uma pluralidade de alternativas, cada qual devendo ser legitimada em termos de escolha pessoal. O self moderno é impelido a dar sentido à vida através da busca por felicidade e auto-realização, numa biografia individual: a ética da subjetividade está inextricavelmente presa aos procedimentos do poder...

Seus valores e procedimentos [da psicologia] libertam as técnicas de auto-regulação de seus resíduos disciplinares e moralistas, enfatizando que o trabalho sobre o self e sobre as suas relações com os outros é de interesse para o desenvolvimento pessoal, devendo ser um compromisso individual. Elas fornecem linguagens de auto-interpretação, critérios de auto-avaliação e tecnologias para auto-retificação, transformando existência numa questão de pensamento, numa questão profundamente psicológica, tornando o nosso auto-governo uma questão de escolha e de liberdade. E para aqueles *selves* incapazes de se ajustar às obrigações do sujeito livre, incapazes de escolher ou angustiados pelas escolhas que fizeram, há terapias dinâmicas e sociais que oferecem tecnologias de reforma consoantes com aqueles mesmos princípios políticos, demandas institucionais e ideais pessoais. Elas se nutrem principalmente da livre escolha no mercado. São legitimadas mais em termos de sua verdade ou de sua eficácia do que de sua moralidade. E prometem restaurar o sujeito para a autonomia e a liberdade. O governo da alma moderna, portanto, tem efeito através da construção de uma rede de tecnologias visando a fabricação e a manutenção do auto-governo do cidadão.

Neste mesmo sentido é possível destacar, por exemplo, a cultura empresarial difundida já no fim dos anos 1980 (ROSE, 1998). O empreendedorismo apresenta-se como um controle “ético”, pois relaciona o autogoverno com o governo dos outros. O indivíduo torna-se um empreendimento, sua vida é tomada como um projeto na valorização do capital humano, trabalhando sobre si mesmo ativamente, moldando um “estilo de vida” e, com isso, buscando atingir a felicidade. Na construção de

conhecimentos e técnicas, os saberes psicológicos estariam conjugando o autogoverno com os objetivos das autoridades através da busca da autorrealização dos indivíduos, notadamente por intermédio do investimento em seus “estilos de vida”. Nas diversas organizações os trabalhadores não se empenhariam mais pela obrigação ou ameaça, mas buscando sua própria realização profissional e seu sucesso. Neste sentido até o desempregado é estimulado a se ver como seu próprio empreendimento, como trabalhador ativo na busca de emprego.

É no contexto dessas práticas de autogoverno liberais embasadas em nossa suposta natureza que a psicologia está inserida. No século XIX a psicologia consagrou o indivíduo normal e disciplinado. Hoje os psicólogos desenvolvem complexas técnicas emocionais e terapêuticas pelas quais as práticas da vida cotidiana podem ser organizadas de acordo com a ética de uma individualidade autônoma autêntica e supostamente mais verdadeira. Nesse caso ela tende a operar com os indivíduos em um processo de autocontrole em prol do equilíbrio, traduzido na valorização da responsabilidade e da prudência, como aponta Rose. Nesta encruzilhada entre as nossas determinações mais arraigadas e o seu bom uso através da nossa liberdade que os saberes e práticas psi puderam fazer a sua morada, forjando as nossas individualidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia no jogo entre autonomia e determinação

Pode-se, a partir daqui, de igual modo revisitar uma das questões cruciais que operam no rol das psicologias: como se conjugar no mesmo espaço epistêmico ou no campo das práticas a concepção dos indivíduos, ora tomados como objeto de controle e determinação ora configurados como sujeitos autônomos e livres? Deste modo, ou uma determinada teoria, prática ou projeto psicológico abordaria o indivíduo em sua suposta autonomia (como a psicologia humanista), ou lançaria mão do seu controle embasado numa determinação natural (como o behaviorismo). Contudo, esta oposição comumente apresentada em tons didáticos se revela sempre parcial: o que se observa é sempre um deslocamento na direção complementar à posição inicial. Algumas psicologias, mesmo que privilegiem a autonomia do ser humano, remetem-no a uma norma natural (como procedem os funcionalistas, construtivistas e gestaltistas); outras,

ainda que tentem disciplinar os sujeitos, fazem-no de modo a favorecer o seu autocontrole autônomo (como realiza o behaviorismo).

No entanto, estas (o) posições complementares se dissolvem quando se toma o campo das práticas psicológicas. Nestas, unidas pela governamentalidade liberal, não haveria oposição nem complementariedade, mas relação necessária entre liberdade e determinação natural. Poderíamos dizer que inicialmente, sem esta relação necessária, não haveria nem mesmo a psicologia, pois, se só houvesse uma individualidade autônoma, não haveria a necessidade de uma intervenção prática. Por outro lado, se só houvesse uma determinação universal, cairíamos em um fatalismo em que toda a intervenção psicológica seria desnecessária. Portanto, a psicologia surge em um ensejo de gestão muito distinto do baseado na governamentalidade liberal (amparada pela lei no contrato de indivíduos livres, como opera o direito) ou na governamentalidade disciplinar (amparada pela vigilância e controle dos indivíduos, como realiza a psiquiatria pré-reformista). Tomando exemplos radicais: se o behaviorismo considera inevitável o controle do ambiente sobre o organismo e a psicanálise, incontornável as forças do inconsciente, nada impede que se busque um maior autocontrole, ou uma menor possibilidade de repetição das tramas desejantes. Ou ainda, se na psicologia humanista somos tomados como essencialmente livres, no entanto podemos ser alienados dessa liberdade, razão que conduziria os indivíduos à terapia na busca de sua reconquista. Daí a suposição de Rose de que somos governados na lógica liberal a partir de nossas livres determinações tendo como fim o autogoverno, coroado pelo nosso “bom uso” da liberdade. É esta unidade no campo das práticas que se colocaria acima das diferenças teóricas entre as diversas orientações psicológicas.

À guisa de conclusão, torna-se necessário investigar se realmente todas as técnicas de intervenção psicológicas se encaixam nesta forma liberal de gestão. Ou ainda se são possíveis outras formas de “condução da conduta alheia”, operando no sentido em que Foucault (2006) chama de contra-condutas. Como considerar, por exemplo, uma abordagem como a Análise Institucional de Georges Lapassade e René Lourau? Mesmo que nada garanta que as possíveis alternativas no campo psi não sejam capturadas por esta governamentalidade liberal, impõe-se a necessidade de reformulação e problematização constantes. Pois é nesta possibilidade de encontrar no campo psicológico alternativas de combate às formas de gestão liberal que este trabalho se insere.

REFERÊNCIAS

CALIMAN, L. **Dominando corpos, conduzindo ações**: genealogias do Biopoder em Foucault. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) –Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. Omnes et singulatim. In: MOREY, M. (Org.). **Tecnologias del yo**. Barcelona: Paidós/ICE – UAB, 1996. p. 95-140.

_____. Nascimento da biopolítica. In: _____. **Resumo dos cursos no Collège de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 87-97.

_____. **Seguridad, territorio, población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. **Nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

ROSE, N. **Inventing our selves**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SENELLART, M. **As artes de governar**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história?** Brasília: Universidade de Brasília, 1980. p. 237-285.

Recebido: 14/11/2008

Received: 11/14/2008

Aprovado: 20/12/2008

Approved: 12/20/2008

Revisado: 02/10/2009

Reviewed: 10/02/2009